

# A SOCIEDADE NÃO ESTÁ IMOBILIZADA

*Para presidente da Fiesp, o movimento que culminou com a extinção da CPMF mostra o quanto é importante o engajamento da sociedade*

Uma vitória histórica da sociedade brasileira. Assim definiu Paulo Skaf, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), o fato de o Senado ter rejeitado, em 13 de dezembro do ano passado, a proposta que prorrogava a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a partir de janeiro deste ano. Em nota distribuída à imprensa, à época, ele disse que "a sociedade brasileira, com argumentos concretos e absoluta transparência, contribuiu para que os parlamentares pudessem refletir e votar pelo cumprimento da Constituição e pelo bem-estar do Brasil". Na realidade, a extinção da contribuição muito se deveu a um movimento liderado pelas entidades que Skaf dirige e que resultou na coleta de um abaixo-assinado com mais de 1,3 milhão de

assinaturas. No começo de julho, diante da possível aprovação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), que tem como objetivo substituir a CPMF - o tributo já passou pela Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado -, a Fiesp, com o apoio de cerca de 200 instituições de classe, voltou à carga. Lançou um movimento também pela sua extinção, por entender que a cobrança é inconstitucional.

Esses são exemplos da liderança desenvolvida por Skaf. Além de presidir as duas entidades de maior representação da indústria paulista, a Fiesp e o Ciesp, acumula as direções do Instituto Roberto Simonsen, centro de estudos avançados mantido pela indústria, e do Conselho Regional do Sesi-SP e integra o Conselho Deliberativo do





Sebrae-SP. Embora não seja a única liderança empresarial surgida nos últimos anos, muitos o classificam como tal, por ser o principal porta-voz de 150 mil indústrias paulistas, e por ter devolvido à Fiesp o prestígio de defender a iniciativa privada e a economia de mercado, ter livre acesso entre autoridades políticas, coragem para promover ações que beneficiam a indústria e a sociedade, capacidade de conversar e de negociar, entre outros atributos. "Concordo que poucas lideranças têm despontado no País, mas acredito isto ao curto período histórico desde a redemocratização, em 1994. A Constituição de 88, marco de nosso atual regime político, completou apenas 20 anos, dia 5 de outubro último. Com certeza, o amadurecimento da democracia fará brotar, paulatinamente, novas lideranças", afirma.

Apesar da escassez de novos líderes e de o muito que a sociedade tem de avançar em termos de democracia participativa, Skaf entende que ela não está imobilizada. O maior exemplo disso, segundo ele, foi o movimento que culminou com a extinção da CPMF. "Uma prova de quanto é importante o engajamento da sociedade nas grandes causas de interesse nacional" ressalta.

Não é à toa, portanto, que ele diz que o empresariado está em estado de alerta e unido, em caráter permanente, em prol da redução da carga tributária. "Nosso sistema de impostos é oneroso demais, burocrático, injusto e pouco transparente.

Temos boa oportunidade de eliminar esse gargalo no projeto de reforma tributária em trâmite no Congresso Nacional, mas é preciso aperfeiçoá-lo muito, pois está aquém das

necessidades do País", enfatiza.

Para ele, as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento do País já deveriam ter sido realizadas há muito tempo. "Se feitas de maneira adequada, não só criariam ambiente mais propício aos negócios e investimentos, como também protegeriam o Brasil de maneira mais sólida no contexto de uma crise tão grave como a enfrentada pela economia mundial hoje" afirma. Na sua opinião, o modelo do Estado brasileiro, além de anacrônico, é inchado, burocrático e oneroso. "Nem mesmo os governos que se seguiram à redemocratização conseguiram corrigir esses vícios atávicos de nosso setor público. Porém, é preciso reconhecer que houve avanços desde o advento do Plano Real. Conseguimos debelar a inflação e, mais recentemente, equacionar a dívida externa e acumular uma expressiva reserva cambial. Esses são bons exemplos, mas é preciso avançar mais em termos de modernidade, probidade, responsabilidade fiscal e eficácia na gestão pública. E cabe lembrar que, nos últimos anos, fomos favorecidos por um cenário positivo na economia mundial". Apesar disso, o Brasil está entre as oito maiores economias do mundo. Para Skaf, mais do que expressar a classificação numa equação matemática, é fundamental deixar claro que a imensa capacidade de superação, a inesgotável energia e a competência dos empresários, executivos e trabalhadores brasileiros constituem o alicerce socioeconômico mais sólido do País.

### **Autoridade produtiva**

No começo de seu mandato, o presidente Lula criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com o objetivo de assessorá-lo na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento do País. Apesar de reunir pessoas gabaritadas nas

mais diversas áreas de atuação, a contribuição desse conselho ainda é pequena. Ciente de que as lideranças empresariais podem ser um caminho para levar planos de desenvolvimento ao governo, Skaf ressalta que a Fiesp tem dado mostras de como é possível encaminhar propostas eficazes ao setor público. "Chamo isso de autoridade produtiva", diz, ao lembrar que, antes de tudo, é preciso realizar estudos consistentes para embasar tais sugestões. E os resultados têm sido positivos. "Temos conseguido relevantes conquistas como desonerações tributárias, linhas especiais de financiamentos, em especial para microempresas, desburocratização e condições mais adequadas para as operações cambiais dos exportadores. Esses são apenas alguns exemplos de como podemos e devemos intervir civicamente nos temas de interesse maior da sociedade", justifica.

Diante do número cada vez maior de empresas dedicadas ao bem comum, outra área em que a Fiesp atua com vigor é a da responsabilidade socioambiental. O termo, segundo seu presidente,

é o que melhor define a atitude a ser adotada pela sociedade para intervir na saga da sobrevivência da presente civilização. Tanto que, por meio do Sesi-SP (Serviço Social da Indústria), que tem 125 mil alunos, e do Senai-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que registra mais de um milhão de matrículas por ano, as entidades, além de ministrar, respectivamente, ensino fundamental e educação profissional de qualidade, incutem nos alunos os conceitos de gestão socialmente responsável. "Com o trabalho dos distintos departamentos e conselhos dessas entidades, nos quais atuam voluntariamente mais de seis mil nomes da inteligência brasileira, propomos políticas públicas ao governo e ações efetivas às empresas, em áreas como meio ambiente, tecnologia, pesquisa, economia, gestão e governança corporativa. Buscamos, ainda, intervir no processo político, quando está em risco a inegociável meta do crescimento. Não há dúvida de que a prática do civismo abre perspectivas para a civilização, quanto à viabilidade de uma sociedade global mais próspera, justa e feliz".

## CORAJOSOS GUERREIROS

DESDE QUE PAULO SKAF ASSUMIU o PRIMEIRO MANDATO À FRENTE DA FIESP, UM DOS PAPÉIS DA ENTIDADE É O DE APOIAR AÇÕES DO SETOR, COMO A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DA MICRO, PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA. OUTRA MEDIDA FOI A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDO NO SENAI-SP PARA EMPRESAS COM ATÉ 99 FUNCIONÁRIOS. "ALÉM DISSO, A ENTIDADE LIDEROU A FRENTE EMPRESARIAL FIADORA DA APROVAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E DA PEQUENA EMPRESA, UM GRANDE AVANÇO PARA ESSE SEGMENTO, QUE TIRARÁ DA INFORMALIDADE MAIS DE CINCO MILHÕES DE PEQUENOS NEGÓCIOS" AFIRMA.

ELE LEMBROU QUE A FIESP TAMBÉM REALIZOU O 3.º CONGRESSO DAS MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS, EM

OUTUBRO, OCASIÃO EM QUE FORAM ASSINADOS DOIS IMPORTANTES CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO, QUE VISAM A PROMOÇÃO DE MELHORIAS E DESENVOLVIMENTO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS INDÚSTRIAS. O PRIMEIRO COM O INSTITUTO EuVALDO LODI (IEL) E O SEGUNDO COM O SINDICATO DAS EMPRESAS E SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SESCON). "SÃO EXEMPLOS DO EMPENHO QUE TEMOS REALIZADO POR ESSAS ORGANIZAÇÕES, QUE REPRESENTAM 98% DAS EMPRESAS FORMAIS DO PAÍS, GERAM 16 MILHÕES DE EMPREGOS E DETÊM 20% DO PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO) BRASILEIRO. OS PEQUENOS E MICROEMPRESARIOS SÃO CORAJOSOS GUERREIROS AOS QUAIS O PAÍS DEVE MUITO" FINALIZOU.